

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.1 • 2023 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2023v10n1p349-368



QUESTÕES DE VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBTQ+: REVISÃO DE ESCOPO DA LITERATURA

ISSUES OF VIOLENCE AND HUMAN RIGHTS OF THE LGBTQ+ POPULATION: LITERATURE SCOPE REVIEW

TEMAS DE VIOLENCIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA POBLACIÓN LGBTQ+: REVISIÓN DEL ALCANCE DE LA LITERATURA

Aldo Pacheco Ferreira¹

Delaine Martins Costa²

Cíntia Silva Telles Nichele³

Fatima Regina Cecchetto⁴

Patricia Constantino⁵

Maiquel Angelo Dezordi Wermuth⁶

RESUMO

Globalmente, as pessoas LGBTQ+ continuam lutando para alcançar a plena realização de seus direitos. O objetivo desta revisão de escopo é explorar a amplitude da literatura, mapear as evidências e controvérsias, e identificar lacunas de conhecimento sobre direitos humanos no âmbito da violência. Consideram-se seus múltiplos efeitos sobre a marginalização, discriminação e saúde na sociedade. Com base nas evidências da revisão, buscou-se identificar direções para futuras pesquisas como subsídio a iniciativas sociais. A revisão de escopo foi realizada de acordo com a metodologia desenvolvida pelo *Joanna Briggs Institute* e as diretrizes PRISMA-ScR. A busca foi realizada nas bases bibliográficas: CINAHL, EBSCOhost, EMBASE, ERIC, ISI Web of Science, Latindex, LILACS, MEDLINE, SciELO e SCOPUS. O período de coleta para artigos revisados por pares teve o espaço temporal em aberto. Os dados gerados foram analisados tematicamente por meio da análise fenomenológica interpretativa das categorias (domínios) que foram estratificados, buscando uma melhor abordagem do tema. Os resultados corroboram que as pessoas LGBTQ+ enfrentam muitas formas de exclusão social, discriminação e estigma em vários domínios aqui pesquisados, refletidos na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Minorias Sexuais e de Gênero. Pessoas LGBTQ+. Violência. Direitos Humanos. Revisão de Escopo.

ABSTRACT

Globally, LGBTIQ+ people continue to struggle to achieve the full realization of their rights. The purpose of this scoping review is to explore the breadth of the literature, map the evidence and controversies, and identify gaps in knowledge about human rights in the context of violence. Its multiple effects on marginalization, discrimination and health in society are considered. Based on the review evidence, we sought to identify directions for future research as a subsidy for social initiatives. The scoping review was performed according to the methodology developed by the Joanna Briggs Institute and the PRISMA-ScR guidelines. The search was carried out in the following bibliographic databases: CINAHL, EBSCOhost, EMBASE, ERIC, ISI Web of Science, Latindex, LILACS, MEDLINE, SciELO and SCOPUS. The collection period for peer-reviewed articles was open-ended. The generated data were analyzed thematically through interpretive phenomenological analysis of the categories (domains) that were stratified, seeking a better approach to the theme. The results corroborate that LGBTIQ+ people face many forms of social exclusion, discrimination and stigma in several domains researched here, reflected in society.

KEYWORDS

Sexual and Gender Minorities. LGBTIQ+ People. Violence. Human Rights. Scope Review.

RESUMEN

A nivel mundial, las personas LGBTIQ+ continúan luchando para lograr la plena realización de sus derechos. El propósito de esta revisión de alcance es explorar la amplitud de la literatura, mapear la evidencia y las controversias, e identificar lagunas en el conocimiento sobre los derechos humanos en el contexto de la violencia. Se consideran sus múltiples efectos sobre la marginación, la discriminación y la salud en la sociedad. Con base en la evidencia de la revisión, buscamos identificar direcciones para futuras investigaciones como un subsidio para iniciativas sociales. La revisión del alcance se realizó de acuerdo con la metodología desarrollada por el Instituto Joanna Briggs y las guías PRISMA-ScR. La búsqueda se realizó en las siguientes bases de datos bibliográficas: CINAHL, EBSCOhost, EMBASE, ERIC, ISI Web of Science, Latindex, LILACS, MEDLINE, SciELO y SCOPUS. El periodo de recolección de artículos revisados por pares fue abierto. Los datos generados fueron analizados temáticamente a través del análisis fenomenológico interpretativo de las categorías (dominios) que fueron estratificados, buscando un mejor abordaje del tema. Los resultados corroboran que las personas LGBTIQ+ enfrentan muchas formas de exclusión social, discriminación y estigma en varios de los dominios aquí investigados, reflejados en la sociedad.

PALABRAS CLAVE

Minorías sexuales y de género. Personas LGBTQI+. Violencia. Derechos humanos. Revisión del alcance.

1 INTRODUÇÃO

A comunidade de pessoas Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, *Queer* e Intersexual (LGBTIQ+) apresenta uma longa história de marginalização, privação de direitos humanos e violência (MELLO *et al.*, 2011; BONVICINI, 2017; FERREIRA *et al.*, 2022).

Apesar do progresso feito nas últimas décadas para proteger e promover os direitos humanos das pessoas LGBTQI+, violações graves e sistêmicas dos direitos humanos e abusos contra essa população permanecem persistentes em todo o mundo. Essas violações de direitos humanos contra pessoas LGBTQI+ são perpetuadas por meio de atos de discriminação, assédio, *bullying*, criminalização, estigma, homicídios e negação de serviços, entre outros (UNITED NATIONS HUMAN ..., 2015; UNITED NATIONS. OFFICE..., 2019).

Gênero é uma construção social, histórica, cultural ou de poder, produto das diferentes formas de se relacionar dos homens e mulheres em sociedade. Nessa perspectiva, gênero é uma produção de diversos fatores e o sexo é aquilo que diz respeito aos aspectos biológicos que independem da cultura (BRANDÃO; ALZUGUIR, 2022). Meyer (2004) destaca que o conceito de gênero remete a todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.

A noção de violações estruturais dos direitos humanos está ganhando cada vez mais espaço nas arenas internacionais de direitos humanos. Há dois aspectos salientes e aparentemente insustentáveis de nosso mundo hoje aos quais essa ideia está respondendo: *i*) grave desigualdade global e uma enorme disparidade entre os direitos concedidos a todos os seres humanos por meio do regime internacional de direitos humanos e *ii*) a violação maciça e contínua desses direitos (BARRIENTOS *et al.*, 2010).

Para conceber as violações estruturais dos direitos humanos, é preciso primeiro tomar como ponto de partida uma visão estruturalista do mundo, onde as estruturas e instituições são centrais para a análise. Segundo Thiry-Cherques (2006, p. 138):

A perspectiva estruturalista propõe o abandono do exame particular dos objetos a que se consagra. Estuda as estruturas subjacentes ao organizar e ao administrar, formadas pelos elementos que os caracterizam enquanto traços inerentes ao espírito humano. Desconsidera as organizações e as formas de administrar, tomadas como manifestações de outras coisas - como segmento social, agente econômico, ator político etc. - que não elas mesmas. Seu propósito é a constituição de modelos arquetípicos de todas as organizações e de todas as formas de organizar.

Com efeito, a análise estruturalista está interessada nas redes sociais, políticas e econômicas que se formam entre os indivíduos, com destaque às estruturas sociais onde incluem sexismo e racismo, bem como estruturas outras baseadas em classes (LEVI-STRAUSS, 1973; LANDMAN, 2006).

A violência contra pessoas LGBTIQ+, a princípio, destaca os três principais tipos de violência de Estado intimamente relacionados: a violência “legal”, a violência policial “semilegal” e a violência extrajudicial. Em um primeiro ponto a destacar, o próprio Estado, via-de-regra, está saturado de violência. Os tribunais, as prisões e outras instituições governamentais permitem práticas discriminatórias e violentas contra indivíduos sob sua responsabilidade.

Em segundo lugar, a maioria das agências policiais das novas democracias está armada com decretos, leis militares, operações “extraordinárias” e outros regulamentos que fomentam a violência “semilegal” inexplicável contra pessoas LGBTIQ+, e outras pessoas. Em terceiro lugar, minorias como grupos sociais formados por pessoas LGBTIQ+ são o alvo principal de execuções extrajudiciais, tortura e assédio por esquadrões da morte, grupos de vigilantes e indivíduos. Embora não patrocinadas pelo Estado, tais atividades são muitas vezes dirigidas por agentes do serviço e ignoradas ou tacitamente encorajadas por um (des)governo com a responsabilidade constitucional de fazer o contrário (UNGAR, 2000).

A inclusão de pessoas LGBTIQ+ na sociedade global é uma questão essencial de direitos humanos e fundamental para a saúde e o bem-estar. Em 2006 e posteriormente em 2017, um grupo internacional de juristas e ativistas apresentou os Princípios de Yogyakarta, que reconheceu a persistente “violência, assédio, discriminação, exclusão, estigmatização e preconceito” enfrentada por muitas pessoas LGBTIQ+ e articulou uma visão de como os princípios internacionais de direitos humanos devem ser aplicados para combater essas forças sociais odiosas e promover a inclusão LGBTIQ+ total. No entanto, globalmente, as pessoas LGBTIQ+ continuam lutando para alcançar a plena realização desses direitos e sofrem disparidades persistentes em termos de segurança física (MENDOS, 2019), bem-estar econômico (BADGETT *et al.*, 2014) e saúde geral (RODRÍGUEZ-DÍAZ *et al.*, 2016).

A literatura sobre inclusão LGBTIQ+ reflete problemas persistentes de saúde mental como depressão e tendências suicidas (UNITED NATIONS DEVELOPMENT ..., 2019) e maior insegurança econômica do que pessoas heterossexuais e cisgêneros (BADGETT *et al.*, 2014). O consenso em grande parte da literatura parece ser que muitas dessas disparidades são causadas por discriminação sistêmica, exclusão social e estigma (BADGETT *et al.*, 2014; UNITED NATIONS DEVELOPMENT..., 2019).

Desta forma, foi abordada a temática de inclusão como um conceito complexo e multidimensional, fundamentado na abordagem de desenvolvimento humano pioneiro de Amartya Sen (2008) e nos Princípios de Yogyakarta (2006; 2017). Sen (2008, p. 10) concentrou-se nos “aspectos mais básicos de autodeterminação, dignidade e liberdade” que devem ser disponibilizados a todas as pessoas. Para o autor, a inclusão é essencialmente definida como todos tendo acesso à “capacidade” de fazer e ser o que quiserem, e de fazer escolhas que levem a resultados consistentes com a dignidade humana.

Essa definição também está incorporada nas estruturas de direitos humanos LGBTIQ+ (UNITED NATIONS DEVELOPMENT..., 2016), que visam alcançar a liberdade e a igualdade por meio do “pleno gozo de todos os direitos humanos”. Com estes enquadramentos em mente, foi utilizada a tipologia de inclusão desenvolvida por Badgett e Sell (2018), como base para definir os vários aspectos da inclusão.

O objetivo desta revisão de escopo é explorar a amplitude da literatura, mapear as evidências e controvérsias, e identificar lacunas de conhecimento sobre direitos humanos, violência, marginalização, inclusão familiar, discriminação e saúde de pessoas LGBTQI+ na sociedade. Com base nas evidências, buscou-se, ainda, identificar direções para futuras pesquisas como subsídio a iniciativas sociais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão de escopo conduzida de acordo com a orientação do *Joanna Briggs Institute* (JBI) (PETERS *et al.*, 2020). O método de síntese do conhecimento cumpriu as seguintes fases: definição e alinhamento dos objetivos e da questão de pesquisa; desenvolvimento dos critérios de inclusão e de exclusão; elaboração e planejamento da estratégia de busca e seleção dos artigos; identificação e seleção dos manuscritos relevantes; extração e mapeamento dos dados e sumarização dos resultados. Para tal, seguiu-se as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses extension for Scoping Review Checklist* (PRISMA-ScR) (TRICCO *et al.*, 2018), que consiste em um roteiro para guiar a redação do relatório de revisão de escopo, sendo composto por 22 itens.

De acordo com as recomendações de Colquhoun e colaboradores (2014), a questão de pesquisa é o elemento norteador do levantamento de estudos disponíveis na literatura indexada. Sem dúvida, uma pergunta bem delimitada – que deve ser estabelecida com a mesma clareza e simplicidade que a pergunta de uma pesquisa primária – facilita e favorece toda a operacionalização do processo de revisão, na medida em que evita pesquisas desnecessárias, mantém o foco no problema, facilita a avaliação crítica da informação e deixa claro para o leitor qual o real propósito da revisão (TRICCO *et al.*, 2016).

O protocolo JBI (PETERS *et al.*, 2020) estabelece que a melhor maneira de se alcançar uma pergunta efetiva que direciona o trabalho de revisão é se utilizar da estratégia População (P), Conceito (C) e Contexto (C), que indica os elementos que foram levados em conta para a definição da pergunta norteadora desse estudo, de forma que: População (P) - pessoas LGBTQI+; Conceito (C) - O comportamento da sociedade disponibilizado à população LGBTQI+; Contexto (C) - Caracterização da publicação científica.

2.1 QUESTÃO DE PESQUISA

Esta revisão de escopo foi guiada pela pergunta: “Como a literatura descreve os direitos humanos, violência, marginalização, inclusão familiar, discriminação e saúde de pessoas LGBTQI+ na sociedade?”

2.2 FONTES DE INFORMAÇÃO E ESTRATÉGIA DE BUSCA

A natureza da *Scoping Review* realiza uma pesquisa ampla. Dessa forma, inclui bases de dados de grande espectro de abrangência, objetivando fornecer uma investigação com maior alcance de produções científicas sobre a temática (ARMSTRONG *et al.*, 2011).

Para a presente revisão, utilizou-se como fonte para buscar evidências as bases de dados eletrônicas, utilizando os descritores encontrados no *Medical Subject Headings* (MeSH). O processo de seleção dos estudos ocorreu em janeiro/fevereiro de 2023. Bases de dados utilizadas: *Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature* (CINAHL), EBSCOhost, EMBASE, ERIC, ISI Web of Science, Latindex; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online/PubMed* (MEDLINE), *Science Direct*, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), SCOPUS).

2.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO ESTUDO

O período de coleta para artigos revisados por pares teve o espaço temporal em aberto, isto é, todos os estudos disponibilizados em qualquer período. Desenvolvemos critérios de inclusão e exclusão antes de realizar a pesquisa. As publicações incluídas no estudo deveriam: 1) focar em pessoas ou comunidades LGBTQI+; e 2) incluir dados de pesquisa ou análise sobre a direitos humanos, violência, marginalização, inclusão familiar, discriminação e saúde de pessoas LGBTQI+ na sociedade.

A revisão do escopo deve descrever o processo de seleção da fonte para todas as etapas da seleção (com base no título, no exame do resumo e texto completo) e os procedimentos para solucionar divergências entre os revisores. A seleção é realizada com base nos critérios de inclusão pré-especificados no protocolo de revisão. Para qualquer revisão de escopo, a seleção da fonte (tanto na triagem de título e de resumo, quanto ao texto completo) é realizada por dois revisores. Seguindo as orientações de Moher e colaboradores (2015), ocorrendo divergências, inserir mais um revisor a fim de mitigar a discórdia na correção da análise.

No que tange à seleção e inclusão dos artigos, obedeceu-se à extensão PRISMA característica para revisões de escopo (PRISMA-ScR), a qual é ideal para delinear minuciosamente o procedimento de decisão de pesquisa tendo em vista o método empregado (TRICCO *et al.*, 2018). Por fim, conforme estabelecido por Arksey e O'Malley (2005) verificou-se, adicionalmente, as bibliografias dos estudos encontrados. Este processo identificou outras referências.

2.4 EXTRAÇÃO E SÍNTESE DE DADOS

Foram extraídos dados sobre as características da publicação (autor/es, ano), métodos (qualitativos, quantitativos ou comentários/análise descritiva) (TABELA 1). Dois dos autores da presente revisão identificaram e categorizaram as publicações por domínios de inclusão LGBTQI+, com quaisquer discrepâncias discutidas em reuniões de equipe e resolvidas por consenso.

2.5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Após a extração de dados, para a etapa de sumarização dos elementos essenciais de cada estudo, os estudos foram avaliados usando o *Mixed Methods Appraisal Tool* (MMAT) (HONG; GONZALEZ-

-REYES; PLUYE, 2018). O MMAT destina-se à avaliação da qualidade metodológica de estudos com uma variedade de desenhos metodológicos. Com base nas recomendações dos autores da ferramenta, realizou-se uma análise qualitativa de todos os conteúdos, o que possibilitou a criação de categorias, as quais foram capazes de ilustrar de tópicos de interesse (HONG; GONZALEZ-REYES; PLUYE, 2018).

Na etapa final, realizaram-se a compilação e a comunicação dos resultados, com a intenção de apresentar a visão geral de todo o material, por meio de uma construção temática, organizada de acordo com os elementos que influenciam na resposta da questão desta investigação. A construção do fluxograma com o processo de seleção dos artigos foi baseada nas instruções do Fluxograma Prisma (PAGE et al., 2021). Todos os estudos encontrados foram incorporados no *software EndNote*.

Por não envolver pesquisa com seres humanos diretamente o protocolo do estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

2.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Os dados gerados foram analisados tematicamente por meio da análise fenomenológica interpretativa das categorias (domínios) que foram estratificados, buscando uma melhor abordagem do tema (SMITH; JARMAN; OSBORN, 1999).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS OBTIDOS NA PESQUISA

A Figura 1 apresenta o processo de identificação de artigos relevantes de periódicos revisados.

A busca capturou 355 artigos revisados por pares e, adicionalmente, 12 artigos advindos de referências de artigos selecionados na pesquisa, totalizando 367 artigos. Destes, foram excluídos 114 estudos que estavam duplicados, detectados pelo *Endnote*. Após análise dos títulos e resumos, 103 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade da pesquisa. Os 150 restantes foram lidos e analisados na íntegra. Destes, 85 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Os 65 artigos remanescentes foram analisados conforme as escalas MMAT (HONG; GONZALEZ-REYES; PLUYE, 2018), sendo 37 excluídos por não terem atenderem a pontuação mínima de 80% dos itens, restando 28 artigos.

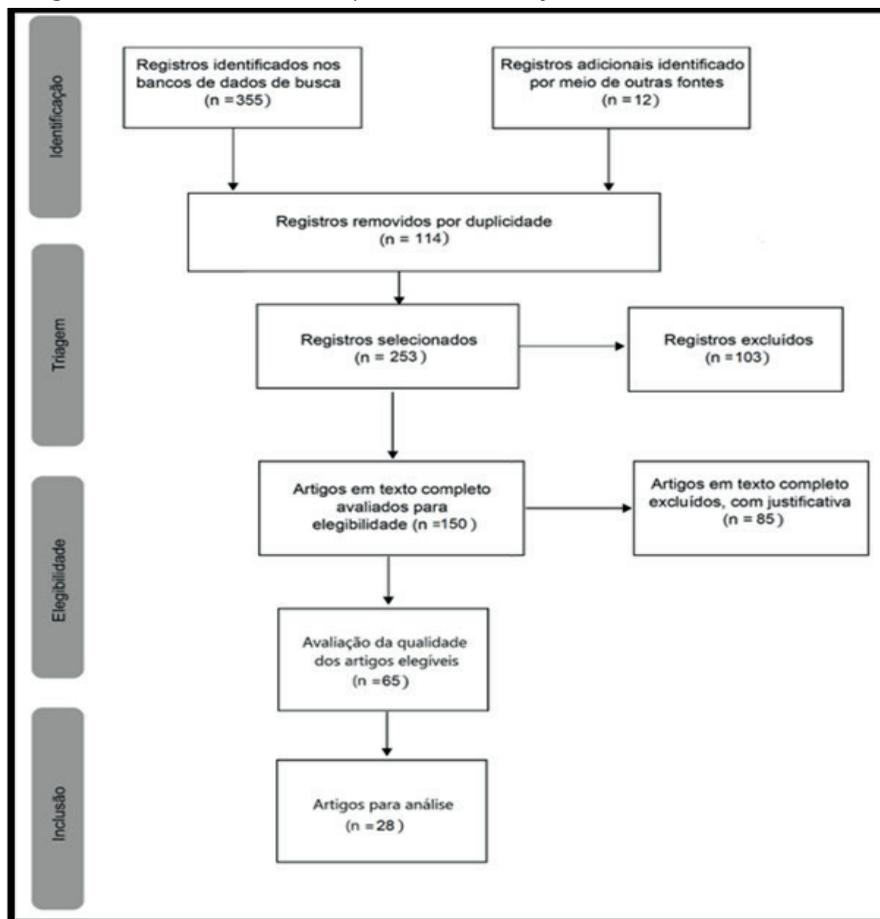
Entre os 28 artigos revisados por pares incluídos no estudo, 35,7% (n=10) eram estudos qualitativos, 25% (n=7) foram estudos quantitativos, 21,43% (n=6) análises descritivas e 17,86% (n=5) estudos de métodos mistos (quantitativos/qualitativos). O tópico da inclusão LGBTIQ+ tem aumentado em artigos revisados por pares nas últimas duas décadas. A maioria (85,71%; 24/28) dos artigos foi publicada após 2010.

Tabela 1 – Características dos estudos e domínios de inclusão (*n*=28). 2023

Autor(es)	Ano	População Focal	Método			Domínio					
			Quantitativo	Qualitativo	Descritivo	DH	EDUC	VIOL	ECON	SA	FAM
van Griensven <i>et al.</i>	2004	LGBT	X						X	X	X
Cardoso	2009	Homem: bi, homo; hetero	X	X							X
Kollman; Waites	2009	LGBT			X	X		X			
Waites	2009	Queer			X	X		X			
Barrientos <i>et al.</i>	2010	LGBT		X		X		X			
Dicklitch; Yost; Dougan	2012	gay	X	X		X			X	X	X
Yadegarfarid; Ho; Bahramabadian	2013	Transgênero	X	X		X	X	X		X	X
Bailey <i>et al.</i>	2017	Homo e hetero			X	X		X	X		
Lee; Ostergard	2017	LGBTQ			X	X		X			
Magno <i>et al.</i>	2017	HSH	X			X		X			X
Mavhandu-Mudzusi; Sandy	2017	LGBTI		X		X	X	X			
Caravaca-Morera, Padilha	2018	Transgênero		X		X		X			
Davis; Quinley; Miles	2019	Transgênero PS	X	X		X	X	X	X	X	X
Dicklitch-Nelson <i>et al.</i>	2019	LGBT	X	X		X		X			
Logie <i>et al.</i>	2019	LGBT		X		X		X		X	
Malta <i>et al.</i>	2019	LGBT	X			X					
Ojanen <i>et al.</i>	2019	LGBTI		X		X	X	X	X	X	X
Walls <i>et al.</i>	2019	LGBT		X		X		X			
Gyamerah <i>et al.</i>	2020	LGBTQ	X	X		X		X		X	
Park	2020	LGBT		X		X	X	X	X		X
Rahill <i>et al.</i>	2020	LGBT		X		X		X		X	
Fazi; Bibi	2021	Transgênero		X		X		X			
Jain; Dasgupta	2021	LGBT		X		X		X			
Lee	2021	LGBT		X		X		X			
Müller <i>et al.</i>	2021	LGBT	X			X		X			
Ribeiro; Moraes; Silva de Oliveira	2021	LGBT			X	X		X			
Allwood <i>et al.</i>	2022	LGBTQ			X	X		X	X		
Dicklitch-Nelson; Rahman	2022	LGBT	X	X		X		X			

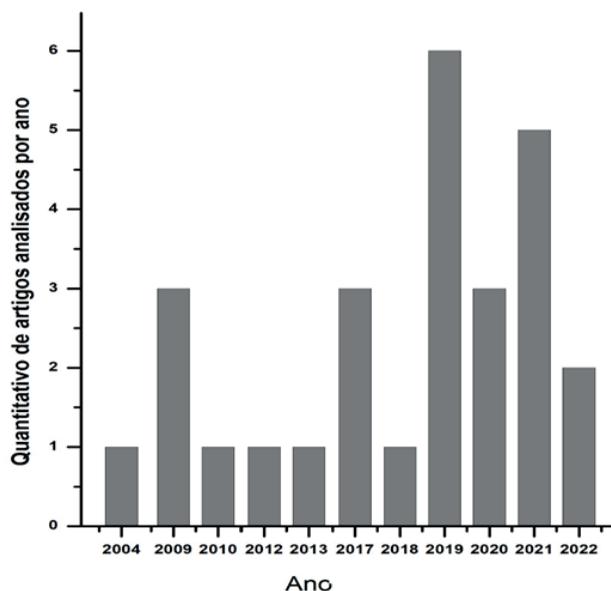
Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Domínios (categorias) - ECON - Bem-estar econômico, EDUC - Educação, FAM - Família, SA - Saúde, VIOL - Violência, DH - Direitos humanos. LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; LGBTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo; LGBTQ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queer; Queer – O termo é usado para representar as pessoas que transitam entre os gêneros, sem concordar com tais rótulos, ou que não saibam definir seu gênero/orientação sexual; HSH - Homens que fazem sexo com homens; PS - Profissionais do sexo: Gay – Homem que exclusivamente sente atração sexual e/ou amorosa por pessoa do mesmo sexo; Lésbica - Mulher que exclusivamente sente atração sexual e/ou amorosa por pessoa do mesmo sexo.

Figura 1 – Diagrama de fluxo PRISMA do processo de seleção de estudos e resultados. 2023

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 2 apresenta análise temporal das publicações por ano dos estudos incluídos na revisão. Os estudos foram publicados de setembro de 2004 a agosto de 2022. Mostra as populações focais entre os artigos selecionados para o presente estudo, para as 6 categorias populacionais identificadas (domínios), ECON - Bem-estar econômico, EDUC - Educação, FAM - Família, SA - Saúde, VIOL - Violência, DH - Direitos humanos. Quase a totalidade (92,85%; n=26) dos 28 artigos abordaram múltiplos domínios de inclusão. Dessa forma, identificamos todos os domínios que foram substantivamente abordados em cada artigo, totalizando 79. Há predominância nos estudos reportados nas categorias Direitos humanos e Violência (n=26; 92,85%) e, em sequência, as categorias Saúde e Família (n=8, 28,57%), Bem-estar econômico (n=6; 21,42%), e Educação (n=5; 17,86%).

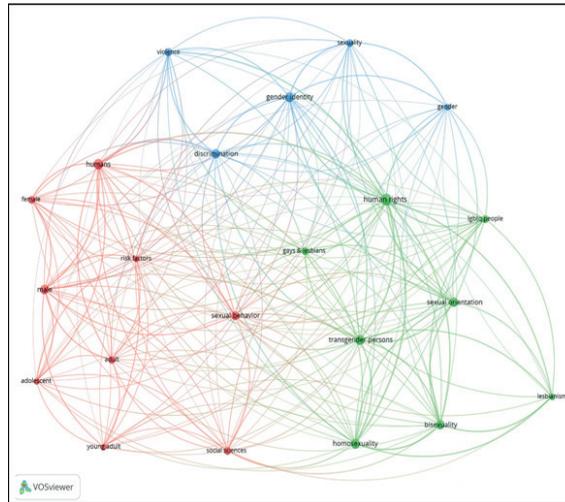
Figura 2 – Distribuição de publicações LGBTIQ+ por ano. 2023

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 3 mostra análise realizada sobre os termos recorrentes nos títulos dos artigos selecionados nesta revisão. O trabalho relacionado é identificado através do uso de palavras-chave comuns especificadas pelos autores para resumir os focos de seus trabalhos. Um total de 236 palavras-chave foram fornecidas pelos autores dos artigos que compõem a seleção da revisão, das quais 22 atingiram o limite de frequência (três ou mais ocorrências). Podem ser observados 3 *clusters* representados em cores vermelho, azul e verde.

Os *clusters* a esquerda é focada nas características identitárias dos participantes, sendo que o cluster azul foca em questões sociais e comportamentais, no impacto da violência e discriminação, enquanto o verde foca em termos dos direitos humanos e orientação sexual. As 22 palavras-chave foram, por meio de análise multivariada de co-ocorrência, alocadas em 3 agrupamentos específicos; sendo estes: **vermelho** (humans, female, male, adolescent, adult, young adult, risk factor, sexual behavior, social science); **azul** (violence, discrimination, gender identity, sexuality, gender); e **verde** (human rights, sexual orientation, gays & lesbians, LGBTQ people, transgender person, lesbianismo, bisexuality, homosexuality).

Figura 3 – Análise de co-ocorrência das palavras-chave dos autores dos artigos selecionados para a revisão. 2023



Fonte: Dados de Pesquisa (*Software VOSviewer*).

3.1 DESCRITIVO POR CATEGORIA (DOMÍNIOS) DOS ESTUDOS

Nas análises vinculadas aos direitos humanos e a violência, Allwood e colaboradores (2022) abordaram ameaças à segurança pessoal de pessoas LGBTQI+. Isso incluiu sexo forçado, violência física e relutância em denunciar esses casos no contexto de assédio policial, todos os quais tiveram consequências negativas para a saúde das pessoas LGBTQI+. Bailey e colaboradores (2017) relataram taxas mais altas de sexo forçado ou coagido do que entre a população em geral, com taxas seis vezes mais altas de sexo forçado relatadas entre jovens gays e bissexuais e taxas 1,5 vezes mais altas entre jovens lésbicas e mulheres bissexuais em comparação com seus colegas heterossexuais cisgêneros (VAN GRIENSVEN *et al.*, 2004).

Um estudo do UN (2019) (n=1349) destacou taxas persistentemente altas de violência física sofridas por pessoas LGBTQI+ por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Apesar das taxas elevadas de sexo forçado e violência, as pessoas LGBTQI+ muitas vezes relutam em procurar ajuda das autoridades. Identificaram o assédio policial e a violência como um impedimento para buscar ajuda das autoridades (MULAVU *et al.*, 2023). Além disso, Braga e colaboradores (2018) descreveram um ambiente de mídia tóxico e sugerem que isso contribuiu para um clima no qual a vitimização da violência LGBTQI+ é aceita.

Dando sequência, as 8 publicações abordando a educação, no que se refere às populações LGBTQI+, enfatizaram, quase universalmente, a discriminação persistente que enfrentam no sistema educacional. Em um estudo do Banco Mundial (2022) (n=2302), houve a indicação de que 23% das pessoas transgênero, 11% das mulheres lésbicas e 6% dos homens gays, relataram ter sofrido dis-

criminação no acesso a alguma forma de educação ou serviços de treinamento. Em outro estudo do PNUD (2019) foi identificada uma prevalência ainda maior entre sua amostra (n=1.349), com 41% das pessoas LGBTIQ+ relatando que sofreram discriminação como estudante. A proporção de mulheres transexuais foi a mais alta, com 61%.

A discriminação educacional assume diferentes formas. Em um estudo de larga escala, a maioria das pessoas LGBTIQ+ sofreram *bullying* na escola por causa de seu status LGBTIQ+. Isso incluiu abuso verbal/social (por exemplo, xingamentos, *bullying online*, exclusão social), abuso físico (por exemplo, chutes e tapas) e abuso sexual (por exemplo, toque indesejado nos seios, pênis ou nádegas). Indica que essa forma de abuso é especialmente preocupante porque aumenta o risco de muitos alunos LGBTIQ+ não terminarem seus estudos, em parte porque podem adotar estratégias de evasão, como faltar ou abandonar a escola completamente (KAMEL; PIMENTA, 2008).

Prado e Junqueira (2011) destacaram especificamente os desafios associados às obrigações filiais e a forte pressão familiar que é colocada sobre pessoas LGBTIQ+ na cultura social, onde afirmam ter sofrido pelo menos uma forma de discriminação em sua família. Isso incluía pressão para encerrar relacionamentos do mesmo sexo ou entrar em relacionamentos heterossexuais, ataques verbais ou ser submetido a controle econômico, culminando com a rejeição familiar e a discriminação ocasionando na expulsão da casa da família e no fim do apoio familiar para sua educação.

Mendos (2019) observou altos níveis de rejeição familiar e relatou que, aproximadamente, metade dos adultos LGBTIQ+ em seu estudo não se assumiu para a família; sentiram-se constrangidos a esconder a própria orientação sexual ou identidade de gênero, o que foi associado a níveis elevados de depressão. Em consonância ao exposto, Meyer (2004) aponta que em algumas famílias, ser *gay* é visto como um defeito e pode haver intensa pressão para adotar maneirismos heteronormativos e encontrar um parceiro heterossexual ‘apropriado’; a falha em se conformar corre o risco de perda de prestígio para a família e a subsequente rejeição do membro *gay* da família.

O setor familiar emergiu como importante por si só e como determinante para outros tipos de inclusão. Verificou-se que a inclusão familiar teve um impacto substancial nas perspectivas educacionais de pessoas LGBTIQ+, em sua saúde geral e, de maneira importante, representou uma poderosa fonte de aceitação para muitas pessoas LGBTIQ+. O domínio da família também abrange várias questões políticas e de defesa importantes para a inclusão LGBTIQ+; seu delineamento pode servir como uma heurística, encorajando uma investigação mais aprofundada da inclusão familiar.

Dicklitch, Yost e Dougan (2012) e Rahill e colaboradores (2020) abordaram o bem-estar econômico de pessoas LGBTIQ+, onde destacaram a discriminação generalizada enfrentada por muitas pessoas LGBTIQ+ no mercado de trabalho. A discriminação no local de trabalho assume muitas formas diferentes, incluindo códigos de vestimenta excessivamente restritivos que inibem a expressão de gênero, teste obrigatório de HIV como condição de emprego, assédio no local de trabalho, recusar-se a contratar ou promover trabalhadores LGBTIQ+ por causa de sua identidade de gênero/orientação sexual ou simplesmente demiti-los se seu *status* for conhecido (OJANEN *et al.*, 2019).

A discriminação educacional também exerce um forte impacto nas disparidades do mercado de trabalho, pois muitas vezes nega efetivamente a muitas pessoas LGBTIQ+ as qualificações necessárias para certos tipos de trabalho (UNITED NATIONS DEVELOPMENT..., 2019).

A relação entre discriminação e resultados ruins de saúde foi amplamente evidente em muitas fontes, incluindo a saúde física e resultados de saúde mental (BONVICINI, 2017). Com relação às questões de saúde mental, as populações LGBTQI+ são vulneráveis a taxas elevadas de isolamento social, depressão e ideação suicida (LOGIE *et al.*, 2019); resultados negativos são frequentemente desencadeados por discriminação, *bullying* e/ou violência na família, educação, domínios econômicos e/ou de saúde (MALTA *et al.*, 2019).

Indicaram que um dos principais mediadores dessa relação foi o atendimento precário e/ou o tratamento discriminatório que muitas pessoas LGBTQI+ recebem no sistema de saúde. Dahlhamer e colaboradores (2016) chamaram a atenção para múltiplas formas de discriminação, desde a indireta até a direta, por parte dos profissionais de saúde: divulgação inadequada de informações privadas ou falta de conscientização e competência em abordar questões de saúde LGBTQI+; aplicar padrões desiguais de atendimento a heterossexuais LGBTQI+ x cisgênero; caracterizar a condição LGBTQI+ como uma doença mental; a recusas diretas de tratar pessoas LGBTQI+.

Finalmente, a super-representação de gays e outros HSH e a representação de lésbicas, mulheres e homens bissexuais, pessoas intersexuais e trans que emergem nesta revisão são amplamente consistentes com os padrões identificados na literatura de pesquisa LGBTQI+ (FERREIRA *et al.*, 2022). Uma série de implicações importantes para os direitos humanos LGBTQI+ e a inclusão como um todo podem ser extraídas desta revisão de escopo. A literatura mais ampla demonstra amplamente uma base empírica para o princípio de que todos os direitos humanos são fundamentalmente inter-relacionados e indivisíveis. Este princípio está embutido nos Princípios de Yogyakarta (2006, 2017) e na própria definição conceitual de inclusão, que se concentra em maximizar as capacidades das pessoas de serem e fazerem o que quiserem em múltiplas áreas da vida.

4 CONCLUSÃO

Os resultados desta revisão de escopo demonstram que as pessoas LGBTQI+ enfrentam muitas formas de exclusão social, discriminação e estigma em vários domínios aqui pesquisados, refletidos na sociedade.

Além dos pontos substanciais de consenso, esta revisão de escopo também revela lacunas significativas na literatura existente. Vários autores criticaram o que consideram a exclusão de uma ampla gama de questões de direitos humanos e a violência difusa de pessoas LGBTQI+. De fato, uma recomendação consistente proposta na literatura global mais ampla é a inclusão de perguntas sobre grupos LGBTQI+ em censos oficiais e mecanismos de monitoramento.

É improvável que os indicadores de inclusão, como a taxa relativa de desemprego para pessoas LGBTQI+ ou a taxa relativa de pobreza, juntamente com dados desagregados dentro das populações LGBTQI+, sejam capturados de forma consistente e confiável na ausência de apoio do governo. Isso inclui um sistema jurídico que geralmente ignora as populações LGBTQI+, um sistema educacional caracterizado por estigma multifacetado e discriminação contra pessoas LGBTQI+ e um sistema econômico que restringe as pessoas LGBTQI+ a empregos de uma forma geral. Este paradoxo entre a

reputação social e a real experiência vivida por muitas pessoas LGBTQI+ talvez possa ser explicado pela ambivalência do público em relação aos direitos LGBTQI+.

Apesar do apoio do público aos direitos LGBTQI+, os resultados desta revisão de escopo indicam um amplo consenso entre acadêmicos sobre os principais problemas enfrentados pelas pessoas LGBTQI+ e as medidas políticas necessárias para lidar com esses problemas. Ademais, embora a população em geral relate ter atitudes positivas em relação as pessoas LGBTQI+, ainda carece apoio a direitos iguais e políticas mais inclusivas.

REFERÊNCIAS

ALLWOOD, M. *et al.* Identity-based hate and violence as trauma: Current research, clinical implications, and advocacy in a globally connected world. **International Society for Traumatic Stress Studies**, p. 1-13, 2022.

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005.

ARMSTRONG, R. *et al.* Cochrane Update. 'Scoping the scope' of a cochrane review. **Public Health**, v. 33, n. 1, p. 147-150, 2011.

BADGETT, M. L.; SELL, R. **A set of proposed indicators for the LGBTI inclusion index**. New York: UNDP, 2018.

BADGETT, M. V. L.; NEZHAD, S.; WAALDIJK, K.; MEULEN RODGERS, Y. **The relationship between lgbt inclusion and economic development: an analysis of emerging economies**. 2014.

BAILEY, Z. D. *et al.* Structural racism and health inequities in the USA: evidence and interventions. **Lancet**, v. 389, n. 10077, p. 1453-1463, 2017.

BARRIENTOS, J. *et al.* Discrimination and victimization: parade for lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) pride, in Chile. **Journal of Homosexuality**, v. 57, n. 6, p. 760-775, 2010.

BONVICINI, K. A. LGBT healthcare disparities: What progress have we made? **Patient Education and Counseling**, v. 100, n. 12, p. 2357-2361, 2017.

BRAGA, I. F. *et al.* Family violence against gay and lesbian adolescents and young people: a qualitative study. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, suppl 3, p. 1220-7, 2018.

BRANDÃO, E. R.; ALZUGUIR, F. C. V. **Gênero e saúde: uma articulação necessária**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2022.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 27, n. 2, p. e3770017, 2018.

CARDOSO, F. L. Recalled sex-typed behavior in childhood and sports' preferences in adulthood of heterosexual, bisexual, and homosexual men from Brazil, Turkey, and Thailand. **Archives of Sexual Behavior**, v. 38, n. 5, p. 726-736, 2009.

COLQUHOUN, H.L.; *et al.* Scoping reviews: time for clarity in definition, methods, and reporting. **Journal of Clinical Epidemiology**. v.67, n.12, p.1291-1294, 2014.

DAHLHAMER, J. M. *et al.* Barriers to health care among adults identifying as sexual minorities: A US National Study. **American Journal of Public Health**, v. 106, n. 6, p. 1116-1122, 2016.

DAVIS, J.; QUINLEY, J.; MILES, G. Same same, but different: a baseline study on the vulnerabilities of transgender sex workers in Bangkok's sex industry. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 39, n. 7-8, p. 550-573, 2019.

DICKLITCH, S.; YOST, B.; DOUGAN, B. M. Building a Barometer of Gay Rights (BGR): a case study of Uganda and the persecution of homosexuals. **Human Rights Quarterly**, v. 34, n. 2, p. 448-471, 2012.

DICKLITCH-NELSON, S. *et al.* From persecutors to protectors: human rights and the F&M global barometer of gay rights (GBGR). **Journal of Human Rights**, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2019.

DICKLITCH-NELSON, S.; RAHMAN, I. Transgender rights are human rights: A cross-national comparison of transgender rights in 204 countries. **Journal of Human Rights**, v. 21, n. 5, p. 525-541, 2022.

FAZI, M. A.; BIBI, M. Discrepancies in transgender persons (protection of rights) act, 2018: A comparative study of transgender's rights in Pakistan and India. **International Journal of Law and Management**, v. 63, n. 3, p. 347-356, 2021.

FERREIRA, A. P. *et al.* Evidências científicas sobre o acesso aos serviços de saúde pela população LGBTQIAP+: revisão de escopo. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 10, p. e229111032519, 2022.

GYAMERAH, A. O. *et al.* Stigma, discrimination, violence, and HIV testing among men who have sex with men in four major cities in Ghana. **AIDS Care**. v.32, n.8, p.1036-1044, 2020.

HONG, Q.N.; GONZALEZ-REYES, A.; PLUYE, P. Improving the usefulness of a tool for appraising the quality of qualitative, quantitative and mixed methods studies, the Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT). **Journal of Evaluation in Clinical Practice**, v. 24, n. 3, p. 459-467, 2018.

JAIN, D.; DASGUPTA, D. Gender identity, and the uses of human rights: The paradox of recognition in South Asia. **Journal of Human Rights**, v. 20, n. 1, p. 110-126, 2021.

KAMEL, L.; PIMENTA, C. **Diversidade sexual nas escolas**: o que os profissionais de educação precisam saber. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

KOLLMAN, K.; WAITES, M. The global politics of lesbian, gay, bisexual and transgender human rights: an introduction. **Contemporary Politics**, v. 15, n. 1, p. 1-37, 2009.

LANDMAN, T. **Studying human rights**. New York, NY: Routledge, 2006.

LEE, C.; OSTERGARD, R. L. Jr. Measuring discrimination against LGBTQ people: a cross-national analysis. **Human Rights Quarterly**, v. 39, n. 1, p. 37-72, 2017.

LEE, P. H. A Pluralist approach to 'the International' and human rights for sexual and gender minorities feminist review. **Feminist Review**, v. 128, n. 1, p. 79-95, 2021.

LEVI-STRAUSS, C. **Anthropologie structurale II**. Paris: Plon, 1973.

LOGIE, C. H. *et al.* Experiences and perceptions of social constraints and social change among lesbian, gay, bisexual and transgender persons in Lesotho. **Culture, Health & Sexuality**, v. 21, n. 5, p. 559-574, 2019.

MAGNO, L. *et al.* Factors associated with self-reported discrimination against men who have sex with men in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 102-113, 2017.

MALTA, M. *et al.* Sexual and gender minorities rights in Latin America and the Caribbean: a multi-country evaluation. **BMC International Health and Human Rights**, v. 19, n. 1, p. 31, 2019.

MAVHANDU-MUDZUSI, A. H.; SANDY, P. T. Human rights violation: Its impact on the mental well-being of LGBTI students in a South African rural-based University. **South African Journal of Higher Education**, v. 31, n. 4, p. 325-340, 2017.

MELLO, L.; PERILO, M.; BRAZ, C. A.; PEDROSA, C. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: Em busca da universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, v. 9, p. 7-28, 2011.

MENDOS, L. R. **State-sponsored homophobia**. Geneva: International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA), 2019.

MEYER, D. E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.57, n.1, p.13-18, 2004.

MOHER, D.; *et al.* All in the family: systematic reviews, rapid reviews, scoping reviews, realist reviews, and more. **Systematic Review**, v. 2, p. 183, 2015.

MULAVU, M. *et al.* Psychosocial challenges and coping strategies among people with minority gender and sexual identities in Zambia: health promotion and human rights implications. **Health Psychology and Behavioral Medicine**, v. 11, n. 1, p. 2173201, 2023.

MÜLLER, A. *et al.* Experience of and factors associated with violence against sexual and gender minorities in nine African countries: a cross-sectional study. **BMC public health**, v. 21, n. 1, p. 357, 2021.

OJANEN, T. T. *et al.* Intersections of LGBTI exclusion and discrimination in Thailand: the role of socio-economic status. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 16, n. 4, p. 529-542, 2019.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, p. 71, 2021.

PARK, A. S. Vital capabilities: a development framework for sexual and gender minorities. **Oxford Development Studies**, v. 48, n. 1, p. 18-32, 2020.

PETERS, M. D. J. *et al.* Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version). *In*: AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (ed.). **JBI manual for evidence synthesis**. 2020.

PRADO, M. A. M.; JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. *In*: VENTURI, G.; BOKANY, V. (org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

RAHILL, G. J. *et al.* Experiences of sexual and gender minorities in an urban enclave of Haiti: despised, beaten, stoned, stabbed, shot and raped. **Culture, health & sexuality**, v. 22, n. 6, p. 690-704, 2020.

RIBEIRO, C. J.; MORAES, C. F.; SILVA DE OLIVEIRA, L. Necropolitics and Diffuse Violence: Critical Reflections on Social Discourses About the LGBT Body. **Frontiers in Sociology**, v. 18, n. 6, p. 633975, 2021.

RODRÍGUEZ-DÍAZ, C. E.; *et al.* Challenges for the well-being of and health equity for lesbian, gay, and bisexual people in Puerto Rico. **International Journal of Sexual Health**, v. 28, n. 4, p. 286-295, 2016.

SEN, A. Violence, identity and poverty. **Journal of Peace Research**, v. 45, n. 1, p. 5-15, 2008.

SMITH, J. A.; JARMAN, M.; OSBORN, M. Doing interpretative phenomenological analysis. *In*: MURRAY, M.; CHAMBERLAIN K. (ed.). **Qualitative health psychology. Theories and methods**. London: Sage Publications, 1999. p. 216-240.

THE WORLD BANK. **Ensuring equity and inclusion for LGBTI learners**. 2022.

THIRY-CHERQUES, H. R. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as Ciências da Gestão. **RAC**, v. 10, n. 2, p. 137-156, 2006.

TRICCO, A. C. *et al.* A scoping review on the conduct and reporting of scoping reviews. **BMC Medical Research Methodology**, v. 16, n. 15, 2016.

TRICCO, A. C. *et al.* PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018.

UNDP. **Tolerance but not Inclusion**: a national survey on experiences of discrimination and social attitudes towards LGBT people in Thailand. 2019.

UNGAR, M. State violence and lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT). **Rights, New Political Science**, v. 22, n. 1, p. 61-75, 2000.

UNITED Nations Development Programme. **Tolerance but not inclusion**. 2019

UNITED Nations Development Programme. **Measuring LGBTI inclusion**: increasing access to data and building the evidence base. 2016.

UNITED Nations Human Rights Council. **Discrimination and violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity**. 2015.

UNITED NATIONS. Office of the High Commissioner for Human Rights. **Born free and equal**: Sexual orientation, gender identity and sex characteristics in international human rights law. UNO, 2019.

VAN GRIENSVEN, F. *et al.* The prevalence of bisexual and homosexual orientation and related health risks among adolescents in northern Thailand. **Archives of Sexual Behavior**, v. 33, n. 2, p. 137-147, 2004.

WAITES, M. Critique of 'sexual orientation' and 'gender identity' in human rights discourse: Global queer politics beyond the Yogyakarta Principles. **Contemporary Politics**, v. 15, n. 1, p. 137-156, 2009.

WALLS, N. E. *et al.* Gender identity, sexual orientation, mental health, and bullying as predictors of partner violence in a representative sample of youth. **Journal of adolescent health**, v. 64, n. 1, p. 86-92, 2019.

YADEGARFARD, M.; HO, R., BAHRAMABADIAN, F. Influences on loneliness, depression, sexual-risk behaviour and suicidal ideation among thai transgender youth. **Culture, Health & Sexuality: An International Journal for Research, Intervention and Care**, v. 15, n. 6, p. 726-737, 2013.

YOGYAKARTA Principles Plus 10. **Principles on the Application of Human Rights Law in relation to Sexual Orientation and Gender Identity**, 2017.

YOGYAKARTA Principles. **Principles on the application of human rights law in relation to sexual orientation and gender identity**. 2006.

1 Doutor e mestre em Engenharia Biomédica; Graduado em Biologia, Universidade Gama Filho; Pesquisador e Professor do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli – CLAVES, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – FIOCRUZ; Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Líder do Grupo de Pesquisa CNPq: drogas ilícitas, violência e saúde: Interseccionalidades; Pesquisador-2 (CNPq). E-mail: aldo.ferreira@fiocruz.br

2 Doutora em Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ (2019); Mestra em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2001); Graduada em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense – UFF (1988); Concursada (2015) para o perfil de pesquisadora em desigualdades sociais em saúde, do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP/FIOCRUZ - E-mail: delaine.costa@gmail.com

3 Doutora em Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ; Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Supervisora de Pesquisas e Codificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Advogada. E-mail: cintiatelles.ensp@gmail.com

4 Doutora em Saúde Coletiva (2002) e Mestra em ciências sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (1997); Professora do programa de pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP; Colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES) - E-mail: face.fiocruz@gmail.com

5 Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (2006); Pós-doutora em Saúde Pública – ENSP/FAPERJ; Mestra em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (2002); Especialista em Psicologia Jurídica – UERJ; Graduada em Psicologia e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá (1995); Pesquisadora em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ - E-mail: paticons2015@gmail.com

6 Doutor em Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (2014); Pós-Doutorando em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Direito – UNISINOS (2010); Pós-graduado em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ (2008); Graduado em Direito – UNIJUÍ (2006) - E-mail: madwermuth@gmail.com

Recebido em: 6 de Março de 2023

Avaliado em: 11 de Abril de 2023

Aceito em: 18 de Abril de 2023



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2023 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

